



A injustiça epistémica e as obrigações morais para africanizar o currículo de filosofia em Angola: problemas e perspectivas

Epistemic injustice and moral obligations to africanize the philosophy curriculum in

Angola: problems and perspectives

Injusticia epistémica y obligaciones morales para africanizar el currículo de filosofía en Angola: problemas y perspectivas

António João Sebastião Issenguel¹

Ministério da Educação de Angola

issenguelsantos@hotmail.com

José Nambonge²

Instituto Superior Politécnico Sol Nascente

Nambongepanda1987@gmail.com

Resumo

O presente artigo fundamenta-se numa adaptação teórica centrada na reflexão sobre a injustiça epistémica e nos fundamentos éticos kantianos e utilitaristas, mobilizados como instrumentos analíticos para justificar a necessidade moral de africanizar o currículo de Filosofia em Angola. Inspirado no texto do filósofo nigeriano Edwin Etieyibo, o estudo insere-se no debate contemporâneo sobre a autodeterminação do ensino e do pensamento filosófico em África, defendendo a africanização curricular como via para enfrentar as injustiças hermenêutica e testemunhal no contexto educativo angolano. O objectivo geral consiste em analisar os fundamentos éticos e epistémicos que legitimam a africanização do currículo de Filosofia em Angola, tendo como objectivos específicos examinar as bases morais kantianas e utilitaristas dessa obrigação, contribuir para a superação das injustiças epistémicas no ensino da Filosofia e propor directrizes para um currículo enraizado nas realidades angolana e africana. A metodologia adoptada é qualitativa, de abordagem bibliográfica e documental, apoiada em normativos legais e em textos de filósofos africanos contemporâneos, recorrendo a um método analítico e discursivo. Conclui-se que a africanização do currículo de Filosofia em Angola constitui uma exigência moral inadiável, orientada pelo respeito à autonomia, à dignidade humana e à maximização do bem colectivo.

Palavras-chave: Injustiça epistémica, Currículo de Filosofia, Obrigações morais.

¹ Licenciado em Ensino de Filosofia, Mestrando em Filosofia e Professor do Ensino Primário e Secundário do 6.º Grau no Ministério da Educação, Luanda, Angola.

² Mestre em Filosofia e Docente no Instituto Superior Sol Nascente, Huambo, Angola.

Abstract

This article is based on a theoretical adaptation centered on reflection on epistemic injustice and Kantian and utilitarian ethical foundations, mobilized as analytical instruments to justify the moral necessity of Africanizing the Philosophy curriculum in Angola. Inspired by the text of the Nigerian philosopher Edwin Etieyibo, the study is part of the contemporary debate on the self-determination of teaching and philosophical thought in Africa, defending curricular Africanization as a way to confront hermeneutical and testimonial injustices in the Angolan educational context. The general objective is to analyze the ethical and epistemic foundations that legitimize the Africanization of the Philosophy curriculum in Angola, with the specific objectives of examining the Kantian and utilitarian moral bases of this obligation, contributing to overcoming epistemic injustices in the teaching of Philosophy, and proposing guidelines for a curriculum rooted in Angolan and African realities. The methodology adopted is qualitative, with a bibliographic and documentary approach, supported by legal norms and texts by contemporary African philosophers, using an analytical and discursive method. It is concluded that the Africanization of the Philosophy curriculum in Angola constitutes an unavoidable moral imperative, guided by respect for autonomy, human dignity, and the maximization of the common good.

Keywords: Epistemic injustice, Philosophy curriculum, Moral obligations.

Resumen

Este artículo propone una reflexión teórica sobre la injusticia epistémica y los fundamentos éticos kantianos y utilitaristas, utilizándolos como herramientas analíticas para justificar la necesidad moral de africanizar el currículo de Filosofía en Angola. A partir de los postulados del filósofo nigeriano Edwin Etieyibo, el estudio se inserta en el debate contemporáneo sobre la autodeterminación de la enseñanza y el pensamiento filosófico en África. En este sentido, se defiende la africanización curricular como una vía indispensable para hacer frente a las injusticias hermenéuticas y testimoniales presentes en el contexto educativo angolano. El propósito principal es analizar los cimientos éticos y epistémicos que legitiman esta transformación; para ello, se examinan las bases morales de dicha obligación con el fin de contribuir a la superación de las desigualdades en el aula y proponer directrices hacia un currículo verdadeiramente arraigado en la realidad angolana. Metodológicamente, la investigación se apoya en un enfoque cualitativo de corte bibliográfico y documental. A través de un análisis discursivo, se examinan normativas jurídicas y textos de filósofos africanos contemporáneos. Finalmente, se concluye que la africanización de la enseñanza filosófica en Angola trasciende lo pedagógico para convertirse en un imperativo moral ineludible, sustentado en el respeto a la autonomía, la dignidad humana y la maximización del bien común.

Palabras clave: Injusticia epistémica, Currículo de Filosofía, Africanización curricular.

Introdução

O título deste artigo, “Injustiça Epistémica e as Obrigações Morais para Africanizar o Currículo de Filosofia em Angola: Problemas e Perspectivas”, foi inspirado no texto do filósofo nigeriano Edwin Etieyibo, intitulado “*Why Ought the Philosophy Curriculum in Universities in Africa be Africanised?*” [“Porque é que o Currículo de Filosofia nas Universidades de África Deve Ser Africanizado?”], publicado pela Revista Sul-Africana de Filosofia, em 2016. Entretanto, este título inscreve-se no contexto histórico da Filosofia Africana Contemporânea, particularmente no debate sobre a africanização do currículo de Filosofia em África e da educação como um todo.

O dever de africanizar o currículo de Filosofia em Angola justifica-se à luz da perspectiva historicamente excludente do Ocidente, que silenciou ou ignorou as tradições filosóficas não ocidentais. Tal exclusão manifesta-se tanto no ensino quanto na estrutura curricular de Filosofia, que herdou este modelo. Por exemplo, os programas da disciplina de Filosofia do 2.º Ciclo do Ensino Secundário Geral de Angola (11.ª e 12.ª classes), compostos por sete unidades temáticas, três para a 11.ª classe e quatro para a 12.ª, reflectem uma epistemologia centrada no Norte Global, ou seja, privilegiam conteúdos ocidentais em detrimento do conhecimento filosófico africano e, em especial, do pensamento filosófico angolano. Contudo, embora se tente compensar esta lacuna por meio de seminários, estes revelam-se insuficientes, pois não reflectem de forma crítica e aprofundada as questões africanas, nem valorizam os costumes e contextos angolanos ao longo dos sumários que estruturam as unidades curriculares. Além disso, os conteúdos relativos à Filosofia Africana frequentemente apresentam equívocos conceptuais e históricos.

Adicionalmente, essa situação foi agravada com a extinção da Licenciatura em Ensino de Filosofia nos Institutos Superiores de Ciências da Educação (ISCED), desde 26 de Julho de 2021. De acordo com o filósofo e escritor angolano Luís Kandjimbo (2024), foram invocadas duas razões negativas para justificar esta decisão: a suposta ausência de alinhamento com as necessidades educativas do país e a ineficiência em matéria de qualificação para o exercício de funções docentes no sistema de ensino geral. Ora, tais razões revelam-se incoerentes, uma vez que, conforme estabelece a alínea c) do artigo 4.º da Lei n.º 17/16, alterada pela Lei n.º 32/20, é uma das finalidades do sistema de educação e ensino angolano “formar um indivíduo capaz de compreender os problemas nacionais,

regionais e internacionais de forma crítica, construtiva e inovadora, para a sua participação activa na sociedade, à luz dos princípios democráticos” (p. 3994). Nesse sentido, é indispensável a existência de disciplinas que operacionalizem tal princípio, como é o caso da Filosofia. De acordo com o Programa da disciplina para a 11.^a classe do 2.º Ciclo do Ensino Secundário Geral, a Filosofia visa “compreender os problemas nacionais, regionais e internacionais de forma crítica, construtiva e inovadora, para a sua participação activa na vida social, à luz dos princípios democráticos” (p. 5). Este facto, por si só, é um forte indicador da necessidade educativa da Filosofia como componente essencial para a formação do cidadão angolano.

Além disso, a segunda razão alegada, relativa à insuficiência de qualificação para a docência, configura-se um falso problema, na medida em que essa realidade se estende a todos os cursos de formação de professores nos Institutos Superiores de Ciências da Educação e não apenas ao curso de Filosofia. Com efeito, não são cumpridas as percentagens exigidas para os Estágios Profissionais Supervisionados, conforme estabelecido pelo Decreto Presidencial n.º 273/20, de 21 de Outubro, que institui o Regime Jurídico da Formação Inicial de Educadores de Infância, Professores do Ensino Primário e do Ensino Secundário, posteriormente alterado pelo Decreto Presidencial n.º 244/21, de 4 de Outubro. Ademais, muitos estudantes não realizam o Estágio Profissional ao longo de um ano lectivo completo, tampouco são submetidos à Prova Final de Estágio, que deveria incluir a defesa do portefólio de planificações, dos materiais didácticos desenvolvidos, do relatório reflexivo do estágio e do plano de observação, perante um júri devidamente constituído e fundamentado. Por outro lado, os docentes orientadores, bem como muitos dos professores que acolhem estagiários nas escolas, não possuem a qualificação profissional exigida ou experiência consolidada de docência no mesmo domínio de formação do estudante estagiário. Reitera-se, portanto, que este problema é generalizado em todos os cursos de formação de professores, não podendo ser usado como argumento exclusivo para justificar a extinção do curso de Filosofia.

Logo, esse cenário configura um caso evidente de injustiça epistémica que, segundo Etieyibo (2016), pode ser corrigido com a adaptação teórica associada à aplicação das virtudes intelectuais da autonomia e da utilidade, consubstanciadas numa educação afrocêntrica entendida como um veículo fundamental para definir, interpretar, promover e transmitir o pensamento, a Filosofia, a identidade e a cultura africanas, no contexto

dessa abordagem angolana. Entretanto, o filósofo nigeriano Jonathan Okeke Chimakonam (2016) defende que um currículo filosófico africano eficaz é aquele que contribui para o desenvolvimento das nações africanas, ao mesmo tempo em que estimula o pensamento crítico, criativo e inovador, orientado pelas necessidades e realidades do seu próprio povo.

Assim, ao identificar a presença de injustiça epistémica no currículo e nos programas da disciplina de Filosofia do 2.º Ciclo do Ensino Secundário Geral de Angola, levanta-se inevitavelmente a seguinte questão: Quais são as obrigações morais que fundamentam a africanização do currículo de Filosofia em Angola?

A questão levantada conduziu à formulação dos seguintes objectivos de investigação: Analisar os fundamentos éticos e epistémicos que legitimam a necessidade moral de africanizar o currículo de Filosofia em África, com especial foco para o contexto angolano; Examinar as bases morais kantianas e utilitaristas que sustentam a obrigação ética de africanizar o currículo filosófico angolano; Contribuir para a superação da injustiça epistémica tanto hermenêutica quanto testemunhal no ensino da Filosofia em Angola; Propor directrizes para a construção de um currículo filosófico enraizado nas realidades angolana e africana, que valorize os saberes locais e promova a justiça epistémica.

A presente reflexão fundamenta-se em instrumentos normativos nacionais e em referências teóricas angolanas e africanas contemporâneas. Em termos legais, destacam-se a Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto, que altera a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino de Angola, bem como o Decreto Presidencial n.º 273/ 20 de 21 de Outubro: Regime jurídico da Formação Inicial de Educadores de Infância, de Professores do Ensino Primário e de Professores do Ensino Secundário, alterado pelo Decreto Presidencial n.º 244/21, de 4 de Outubro e o Programa de Filosofia do 2.º Ciclo do Ensino Secundário Geral, os quais orientam o compromisso do Estado com a valorização da diversidade cultural e o investimento estratégico no capital humano. No plano teórico e filosófico, o artigo apoia-se em autores que discutem de forma crítica a injustiça epistémica, a autodeterminação curricular e a valorização dos saberes africanos. Entre eles, destacam-se: Edwin Etieyibo (2016), com o artigo *“Why ought the Philosophy Curriculum in Universities in Africa be Africanised?”*, que fornece o ponto de partida para a discussão

sobre as obrigações morais da africanização curricular; Jonathan Chimakonam (2016), com o texto “*Can the Philosophy Curriculum be Africanised? An Examination of the Prospects and Challenges of Some Models of Africanisation?*”, no qual analisa os modelos e desafios metodológicos desse processo; Paulin Hountondji (1977), com o texto “*Sur la “Philosophie Africaine”. Critique de L’ethnophilosophie*” cuja crítica à etnofilosofia contribui para delimitar os critérios epistémicos válidos na constituição de uma Filosofia Africana rigorosa e autêntica; Munamoto Chemhuru (2016), com o texto “*Pursuing the Agenda of Africanising Philosophy in Africa: Some Possibilities*”, que defende a valorização de uma filosofia africana contextual e plural, enraizada nas realidades locais; Luís Kandjimbo (2025), com as obras “*Introdução ao Estudo da Filosofia Contemporânea*” e “*Filosofia e Cultura Angolana. Tópicos e Problemas*”, que reforça o papel dos pensadores angolanos na construção de uma Filosofia situada e crítica; Francis Nyamnjoh (2011), com o capítulo “Uma educação relevante para o desenvolvimento africano: algumas considerações epistemológicas”, que estabelece uma base sólida para reflectir sobre o vínculo entre Filosofia, ciência e progresso social no continente e outros pensadores acusados na referência final. Assim, o suporte epistemológico do artigo assenta-se numa crítica à exclusão histórica dos saberes angolanos, africanos e na defesa de um currículo filosófico moralmente legítimo e contextualmente enraizado, capaz de corrigir injustiças epistémicas e promover um desenvolvimento educativo coerente com a realidade angolana.

Tendo em conta os objectivos definidos, optou-se por uma pesquisa de carácter exploratória e discursiva, uma vez que se pretendeu desenvolver, esclarecer, reformular e delimitar conceitos e ideias relacionados às obrigações morais para africanizar o currículo de Filosofia em Angola. No que se refere à abordagem da investigação, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois permitiu esclarecer traços objectivos, explicar a origem, as relações e as transformações históricas, bem como intuir sobre a possibilidade de restaurar a justiça epistémica no currículo de Filosofia angolano. Quanto às técnicas utilizadas, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental, tendo em vista que o estudo parte de uma constatação curricular, a qual foi aprofundada e analisada à luz das contribuições de diversos pensadores e obras de referência nos campos da Filosofia, da Educação e da Epistemologia Africana.

Moralidade na Africanização do Currículo de Filosofia em Angola

Na perspectiva de Jonathan Chimakonam (2016), o currículo de Filosofia é a ponta de lança de todos os exercícios intelectuais, pois proporciona as ferramentas fundamentais para que uma nação se desenvolva na direcção certa. Desta forma, defende-se que a descontinuação do Curso de Ensino de Filosofia em Angola representa uma posição contrária ao objectivo de proporcionar uma educação relevante e situada, orientada para o desenvolvimento do país. Ademais, a excessiva maximização das epistemologias do Norte Global constitui um sinal claro da hegemonia do conhecimento, gerando aquilo que Miranda Fricker (1998), citada por Edwin Etieyibo (2016), denomina de injustiça epistémica. Essa injustiça consiste em negar a determinados indivíduos ou grupos, geralmente os pertencentes a minorias, o acesso pleno ao que é essencial para o reconhecimento do seu valor humano, particularmente quando o currículo não representa de forma adequada as suas experiências vividas. A busca por justiça epistémica e a africanização do currículo de Filosofia em Angola visam garantir que as experiências, práticas, crenças, valores e modos de vida dos angolanos sejam representados e incorporados no currículo. Em outras palavras, trata-se de tornar o currículo angolano, apropriando, adaptando e integrando as tradições angolanas e africanas, de forma geral no campo do currículo da Filosofia. Por esta razão, tal transformação constitui uma exigência moral. Com base na perspectiva de Etieyibo (2016), essa obrigação moral é sustentada por uma adaptação teórica ancorada em dois fundamentos éticos principais: o kantismo e o utilitarismo. Ambas abordagens convergem no sentido de curar a injustiça epistémica, a qual se manifesta sob duas formas: injustiça testemunhal e injustiça hermenêutica. A injustiça testemunhal consiste num preconceito que diminui a credibilidade atribuída à palavra de um orador, de uma comunidade, de uma nação ou de um continente. Por sua vez, a injustiça hermenêutica refere-se à impossibilidade de um indivíduo ou grupo atribuir sentido pleno às suas experiências, por falta de recursos sociais partilhados ou de ferramentas linguísticas adequadas que permitam a sua expressão legítima no espaço público e educacional.

A fundamentação ética utilizada nesta reflexão para enfrentar a injustiça epistémica não visa legitimar todo o arsenal da tradição kantiana ou da ética utilitarista como superiores a outras teorias éticas, mas sim aplicá-las conforme a metodologia que o professor e pesquisador da educação Vuyisile Msila (2025) denomina de adaptação teórica. Nesse sentido, tais correntes éticas são utilizadas como instrumentos de reflexão moral, úteis

para pensar as obrigações morais no contexto da africanização do currículo filosófico em Angola. Desta forma, essas teorias fornecem ferramentas conceptuais e perspectivas relevantes para problematizar o *déficit* de representação da Filosofia Africana e, particularmente, da Filosofia Angolana, no currículo e nos programas escolares. Portanto, a sua aplicação não se dá por um compromisso dogmático com essas tradições filosóficas, mas pela sua utilidade prática no diagnóstico e na superação das exclusões epistémicas presentes na realidade educacional angolana.

Ademais, o objectivo não é sustentar que o kantismo ou o utilitarismo constituem as melhores ou únicas formas de ética, mas sim utilizá-los como ferramentas analíticas para abordar uma questão prática e urgente: a exclusão da Filosofia Angolana dos currículos e programas escolares. Assim sendo, essas duas correntes éticas são mobilizadas como pontos de apoio argumentativo, com o propósito de justificar por que há uma obrigação moral de incluir e centralizar o pensamento filosófico angolano e, de forma mais ampla, a Filosofia Africana no currículo de Filosofia em Angola. Trata-se, portanto, de usar essas teorias não como fim em si mesmas, mas como instrumentos teóricos úteis para fundamentar a luta contra a injustiça epistémica e promover a justiça curricular em Angola. Ora, a proposta de africanização do currículo de Filosofia em Angola, conforme apresentada neste artigo, não assume um posicionamento radical, mas sim moderado, na medida em que defende a presença de paradigmas do conhecimento angolano ao lado de outros, como os provenientes da Nigéria, Índia, Inglaterra, Brasil, entre outros. O objectivo é promover o diálogo entre diversas tradições filosóficas, numa lógica que o professor sul-africano Vuyisile Msila (2025) denomina de “ecologia do conhecimento”. No entanto, esta ecologia deve centralizar e priorizar os paradigmas de conhecimento angolano, historicamente eclipsados, estigmatizados, depreciados ou denegridos, tanto no ensino quanto na investigação, como consequência directa das heranças coloniais e da escravidão.

Fundamentos Kantianos para Africanizar o Currículo de Filosofia em Angola

Na proposta argumentativa do filósofo nigeriano Edwin Etieyibo (2016), é possível realizar um ajuste pertinente à realidade angolana. Assim, o currículo de Filosofia do 2.º Ciclo do Ensino Secundário Geral de Angola, por não representar de forma suficiente as experiências e perspectivas dos angolanos, acaba por enfraquecer a autonomia do povo

angolano e por cometer uma injustiça hermenêutica, ao priorizar o conhecimento ocidental em detrimento do conhecimento filosófico angolano.

Neste sentido, para Etieyibo (2016), o remédio para curar esta injustiça epistémica pode ser encontrada, especialmente, na ética kantiana, mediante a qual se pode tratar a injustiça hermenêutica por meio da sua virtude ético-intelectual que é a autonomia, ou seja, Etieyibo não pretende legitimar a ética kantiana como sendo a melhor entre as teorias éticas, mas pretende usá-la como um possível dispositivo para reflectir a necessidade de africanizar o currículo de Filosofia, visto que ela é operada por meio de dois conceitos fundamentais: dignidade e autonomia humana. Ademais, ao adaptar essa teoria ao contexto angolano, pretende-se operacionalizar aquilo que Msila (2025) chama de “pesquisa ubuntu” ou adaptação teórica que traduz a interdependência, o compartilhamento, a solidariedade, a confiabilidade e a gentileza entre pesquisa do Sul Global e pesquisa do Norte Global. Desta feita, as teorias não africanas, como algumas teorias ocidentais concebidas como relevantes, inovadoras e desenvolvimentistas para o continente africano são utilizadas como teoria de interesse e não como teoria de domínio neste tipo de pesquisa. Em suma, isto corresponde à “ecologia do conhecimento” e, concomitantemente, implica uma posição de demarcação crítica face a duas formas de miopia epistémica: o “relativismo exacerbado” e o universalismo. Ora, rejeita-se o primeiro porque ignora a verdade contida no ditado segundo o qual “dois erros não fazem um acerto” (Chimakonam, 2018, p. 286). Além disso, vive-se numa aldeia global, não existe, no mundo contemporâneo, qualquer país culturalmente homogêneo e auto-suficiente e o conhecimento possui uma face multifacetada que deve ser reunida e articulada para possibilitar um desenvolvimento integral mais rico. Por sua vez, rejeita-se o universalismo porque este sufoca, marginaliza e exclui outras experiências epistémicas que se situam fora do padrão hegemónico ocidental. Sendo assim, o que se apropria na ética kantiana é a virtude ético-intelectual chamada autonomia que se traduz, neste contexto, no acesso à cultura angolana para resgatar a identidade.

Desta feita, um currículo que ignora as tradições filosóficas locais compromete essa autonomia e viola os princípios da ética kantiana, ao não reconhecer o papel activo dos sujeitos na construção do conhecimento. Este tipo de currículo, ao reproduzir relações assimétricas de poder e preconceitos estruturais, gera injustiça hermenêutica, pois impede os angolanos de compreenderem e expressarem as suas experiências a partir dos seus

próprios recursos culturais e conceptuais. Em outras palavras, enfraquece-se a autonomia interpretativa do angolano, uma vez que este não teve acesso pleno à sua própria cultura, que poderia tornar significativas as suas vivências, experiências e narrativas. Como afirma Etieyibo (2016), esta situação desencadeia processos de “genocídio cultural” e alimenta um “complexo de inferioridade”, perpetuando a marginalização intelectual e simbólica dos angolanos no espaço educativo.

A valorização das culturas angolana é, portanto, uma condição para o respeito moral e o desenvolvimento da autonomia pessoal. Isso significa que o currículo deve permitir que os estudantes se reconheçam naquilo que aprendem e possam e, a partir daí, desenvolver respostas críticas e contextualizadas.

Injustiça Hermenêutica: Problemas e Perspectivas do Fundamento Kantiano

O filósofo nigeriano Jonathan Chimakonam (2016) afirma que toda tradição filosófica é composta por duas personagens fundamentais: as personagens sociais que englobam todas as condições locais da vida (históricas, culturais, políticas, económicas e espirituais), as quais inspiram as questões filosóficas de uma determinada época e lugar e as personagens históricas, que são os filósofos e os pensamentos por eles produzidos dentro de um contexto específico. Portanto, estudar apenas as personagens históricas, sem considerar as personagens sociais que lhes deram origem, constitui um equívoco metodológico significativo. Um currículo que ensina os alunos apenas a imitar ou a reproduzir o pensamento de sociedades distantes, ignorando as circunstâncias concretas que moldam as suas próprias perguntas e experiências, configura o que Chimakonam (2016) chama de “anátema”, ou seja, um anacronismo pedagógico.

Dessa forma, impõe-se a necessidade de rever criticamente o modelo curricular vigente, que valoriza prioritariamente pensadores como Platão, Sócrates, Protágoras, Marx, Foucault ou Tomás de Aquino, em detrimento de filósofos angolanos contemporâneos, cujas reflexões são mais ajustadas às realidades e desafios da sociedade angolana. Por que não estudar, por exemplo, o Padre Muanamosi Matumona, Madre Mambu Tereza Mwanza, Arminda Filipe, Victor Kajibanga, Luís Kandjimbo ou Dom José Imbamba, cujos pensamentos filosóficos e teológicos procuram responder a dilemas concretos da existência e da cultura angolana? Ademais, o filósofo e escritor angolano Luís Kandjimbo, com uma vasta produção intelectual no campo da Filosofia e literatura

angolana e africana, defende a noção de “geofilosofia”, não na perspectiva reducionista e equívoca dos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari, que elaboram uma metanarrativa filosófica franco-alemã herdada da mimese do chamado “milagre grego”, de Ernest Renan, e que, segundo Kandjimbo (2024), não resistem a um teste rigoroso de consistência crítica. Para Kandjimbo, cada geografia e cada localidade possui padrões culturais e históricos próprios que legitimam e justificam a produção epistémica situada, recusando-se, portanto, a aceitar modelos universais impostos de fora. Neste mesmo horizonte, o filósofo, professor e bispo católico angolano Dom José Imbamba (2010) defende o que denomina “ango-realismo-crítico”, uma abordagem filosófica voltada para a transformação da cultura angolana em crise, sustentada pela renovação interior do sujeito angolano, especialmente daqueles que ocupam cargos de chefia e liderança com o propósito de inspirar modelos autênticos de cultura, comprometidos com a reconstrução espiritual do homem angolano, a partir de uma Antropologia Filosófica enraizada na realidade local.

Com isso, a africanização do currículo filosófico angolano implica a eliminação das personagens sociais alienadas, ou seja, a rejeição de modelos pedagógicos e epistemológicos que não dialogam com a realidade angolana. O currículo deve ser reconstruído de modo a reflectir os problemas locais e a fomentar uma Filosofia verdadeiramente enraizada no solo angolano. No caso da literatura angolana, por exemplo, estudá-la sem considerar o seu conhecimento ontológico próprio, isto é, sem levar em conta as suas raízes culturais, a tradição oral e a sua forma particular de interpretar o mundo, resulta naquilo que o filósofo e escritor angolano Luís Kandjimbo (2025) denomina de negligência de uma ética da interpretação. Este tipo de abordagem ignora os modos angolanos de leitura e compreensão da literatura, perpetuando, assim, uma forma persistente de exclusão epistémica, ao subalternizar os sentidos e os saberes produzidos localmente.

Outro problema que se levanta no debate sobre a obrigatoriedade moral de africanizar o currículo de Filosofia em Angola diz respeito à própria definição de Filosofia Africana, abordada por meio de uma estratégia de pensar a parte (Angola) a partir do todo (África). Trata-se de uma controvérsia intelectual fundamental, que influencia directamente a determinação dos conteúdos, métodos e fontes que devem compor o currículo e os programas da disciplina em Angola. Segundo Paulin Hountondji (1977), a adopção de

critérios exclusivamente geográficos, aliados ao grafocentrismo, isto é, à valorização da escrita em detrimento da oralidade acaba por excluir figuras essenciais, como os chamados “sábios da sagacidade”, bem como diversas formas de epistemologia locais. Diante disso, autores como Munamoto Chemhuru, Henry Odera Oruka e Samuel Segun propõem uma definição de Filosofia Africana baseada em critérios substantivos e temáticos, que reconhecem a autonomia, a validade e a legitimidade dos sistemas de conhecimento locais no mercado intelectual global. Portanto, esses pensadores devem ser assimilados como referências conceituais centrais, especialmente no processo de reconstrução curricular angolano, pois oferecem ferramentas teóricas para integrar, de forma crítica e coerente, os saberes endógenos no campo filosófico.

Um terceiro problema relacionado à africanização curricular da Filosofia em Angola diz respeito à questão linguística. O ensino e a expressão da Filosofia angolana devem ocorrer, sempre que possível, nas línguas nacionais, como o kimbundu, umbundu, cokwé, songo, kikongo, entre outras. Conforme defende Kwasi Wiredu (1998), citado por Munamoto Chemhuru (2016), a língua não é neutra: ela carrega consigo formas específicas de conceber, interpretar e experienciar o mundo. Desta forma, as línguas ocidentais, ainda que amplamente utilizadas no meio académico, não conseguem expressar com plenitude o pensamento filosófico e a vivência existencial angolana, especialmente no que se refere aos valores, cosmologias e práticas culturais locais. Assim sendo, o desafio linguístico ainda reflecte os resquícios persistentes da dominação colonial, que desvalorizou as línguas angolanas e impôs os idiomas estrangeiros como únicos instrumentos legítimos de produção e transmissão do saber. Superar esse obstáculo, portanto, é essencial para afirmar a autonomia epistémica e promover uma filosofia verdadeiramente situada no contexto angolano. Outrossim, os fenómenos como o glotocídio e a glotofagia constituem formas sistemáticas de negar ou apagar a diversidade linguística, visto que visam a uniformização linguística sob o pretexto de garantir a unidade política do Estado-nação. Logo, ambas práticas consistem na destruição das línguas das nações, promovendo o apagamento cultural e epistemológico dos povos.

Portanto, é necessário africanizar o currículo de Filosofia em Angola com o propósito de promover a autonomia dos estudantes angolanos na compreensão da sociedade que os formou e continua a moldá-los. Isso implica fornecer-lhes os recursos conceptuais e

culturais necessários para dar sentido ao mundo, bem como criar condições para que possam contribuir, de forma activa, na construção de significados a partir do lugar epistémico do qual falam.

Fundamentos utilitarista para africanizar o currículo de Filosofia em Angola

O programa de Filosofia do 2.º Ciclo do Ensino Secundário Geral, por não privilegiar de forma robusta o conhecimento explícito e tácito angolano, acaba por diminuir o nível de credibilidade que se podia dar ao pensamento filosófico angolano, cometendo a injustiça testemunhal. Neste sentido, o remédio para essa injustiça epistémica encontra-se na ética utilitarista, especialmente no princípio do utilitarismo que define como moralmente correcta a acção que maximiza o bem-estar colectivo. Deste modo, um currículo que valoriza a Filosofia Angolana promove benefícios sociais, culturais e epistémicos para o maior número possível de angolanos.

Com isso, um currículo que não maximiza o nível de credibilidade das tradições locais compromete o princípio da utilidade e viola os fundamentos da ética utilitarista. Este tipo de currículo, ao não promover acções que garantam o bem-estar das comunidades locais, revela-se moralmente inadequado, uma vez que, segundo a norma utilitarista, a acção correcta é aquela que maximiza a utilidade e o bem-estar colectivo, neste caso, da cultura e do pensamento filosófico angolano. Entretanto, o filósofo nigeriano Edwin Etieyibo (2016) argumenta que um currículo que marginaliza ou ignora as tradições locais enfraquece a cultura e a identidade epistémica destas comunidades. Em contrapartida, um currículo de Filosofia enraizado na cultura angolana contribui significativamente para a valorização da tradição e da identidade angolana, promove o desenvolvimento da auto-estima cultural e amplia as possibilidades de Angola participar, de forma activa e contributiva, na comunidade filosófica mundial por meio da produção de conhecimento situado e legítimo. Portanto, sob a perspectiva utilitarista, a africanização do currículo filosófico angolano não é apenas moralmente justificável, mas configura-se como uma necessidade ética, orientada para a promoção do bem comum e do progresso colectivo. Maximizar a utilidade da tradição e do pensamento filosófico angolano é, portanto, uma condição indispensável para o respeito à identidade nacional e para o desenvolvimento integral de Angola. Isso implica que o currículo de Filosofia Angolano deva ser estruturado de modo a oferecer aos alunos um maior acesso ao pensamento filosófico

local, em equilíbrio ou mesmo em contraponto com o pensamento ocidental, garantindo, assim, uma formação crítica, situada e culturalmente relevante.

Injustiça testemunhal: problemas e perspectivas do fundamento utilitarista

Página | 181

Um dos principais problemas associados à injustiça testemunhal é o preconceito em relação à origem cultural e à natureza oral do conhecimento africano e, em particular, angolano. A tradição oral, com frequência, é desvalorizada em comparação à literatura escrita, o que reduz a credibilidade atribuída aos saberes comunitários. Entretanto, essa desvalorização decorre de uma concepção reducionista de conhecimento, pois, conforme defende o filósofo húngaro-britânico Michael Polanyi (2010), o conhecimento humano não se restringe ao saber explícito, proposicional ou verbalizado. Existe uma dimensão tácita do conhecimento, não verbal, implícita, profundamente enraizada na experiência vivida, que também é válida e eficaz. No contexto angolano, grande parte do saber produzido por filósofos-sábios e cientistas tradicionais é tácito, ou seja, não formalizado, mas altamente funcional e prático. Diante disso, pode-se levantar a seguinte questão: “Se se trata de um conhecimento não formalizado, que critérios seriam utilizados para selecção de uma filosofia angolana que seja representativa e válida (no sentido de utilidade)?” Ora, é uma questão que pode ser respondida com base ao postulado da filósofa e historiadora alemã, especialista em filosofia africana Anke Graness (2015), segundo a qual a história da filosofia demonstra que esta área não é apenas uma disciplina académica, mas também é uma actividade em si. Todavia, as abordagens para sistematizar a filosofia africana subsaariana dividem-se em três critérios: cronológico, principais áreas linguísticas coloniais e as seis tendências na filosofia africana contemporânea. O último tipo de abordagem para sistematizar a filosofia africana pode determinar o critério para selecção de uma filosofia angolana que seja representativa e válida (no sentido de utilidade) na medida em que inclui todas as correntes da filosofia africana que são: filosofia profissional, etnofilosofia, filosofia nacional-ideológica, filosofia dos sábios, filosofia hermenêutica e filosofia literária/artística. Por outra, os obstáculos que podem inviabilizar a efectivação deste critério são: o impacto da escravidão, do colonialismo e do racismo, bem como os argumentos científicos relativos à inferioridade intelectual do africano. Daí que, para enfrentar essa limitação, o filósofo nigeriano Chris Akpan (2005) propõe a integração dos filósofos-sábios e dos cientistas tradicionais nas salas de aula formais, com o intuito de valorizar os seus conhecimentos e promover a sua transmissão intergeracional. Esta medida contribuiria para maximizar a credibilidade atribuída às

tradições orais e à sabedoria ancestral africana, promovendo, assim, um equilíbrio entre os saberes orais e os escritos no processo formativo da Filosofia. Todavia, a concretização desta proposta exigiria uma revolução paradigmática no sistema de educação e ensino, uma vez que muitos destes sábios e cientistas tradicionais não passaram por uma formação escolar formal e, portanto, não possuem certificações oficiais de docência. Além disso, seria necessário reconhecer a legitimidade de espaços próprios, como locais sagrados onde o conhecimento tácito e tradicional é cultivado e transmitido, rompendo com a rigidez dos modelos pedagógicos ocidentais convencionais.

Além disso, é necessário enfrentar a ausência e o silêncio em torno da presença das mulheres angolanas e não angolanas nos manuais de Filosofia utilizados nas instituições escolares em Angola. Esse apagamento sistemático resulta da influência eurocêntrica e patriarcal, que moldou historicamente as estruturas de produção e de ensino do conhecimento. No caso específico de Angola, por exemplo, observa-se uma escassez de referências à Filosofia produzida por mulheres, bem como a ausência de debates significativos sobre as suas contribuições às correntes do pensamento filosófico, tanto no contexto nacional, como no africano e global. Portanto, combater essas formas de injustiça epistémica e de género requer inclusão, representatividade e valorização dos saberes africanos, respeitando a sua diversidade cultural e de género. Neste sentido, é urgente incluir e valorizar filósofas angolanas, como a professora Arminda Filipe, que tem como eixo de investigação o “ondjango”, concebido como instituição tradicional de democracia deliberativa e ética argumentativa, e a filósofa e madre Mambu Teresa Mwanza, cuja produção escrita e actividade docente constituem testemunho fecundo do papel das mulheres na construção do pensamento filosófico angolano.

Conclusão

Este estudo partiu da constatação de que o currículo de Filosofia em Angola permanece fortemente marcado por uma orientação eurocêntrica, o que resulta na marginalização do pensamento filosófico angolano e africano. Esta situação motivou a investigação, na medida em que configura uma forma persistente de injustiça epistémica, sobretudo nas suas dimensões hermenêutica na medida em que limita a capacidade dos estudantes de compreenderem as suas próprias experiências e testemunhos porque tende a reduzir a credibilidade atribuída aos saberes locais. Para enfrentar este problema, o artigo adoptou uma abordagem teórica e qualitativa, inspirada na reflexão de Edwin Etieyibo sobre a

africanização do currículo de Filosofia, articulando-a com o conceito de injustiça epistémica desenvolvido por Miranda Fricker. A análise recorreu ainda a uma adaptação teórica de fundamentos éticos kantianos e utilitaristas, utilizados como instrumentos analíticos e não como paradigmas dominantes para justificar moralmente a necessidade de africanizar o currículo de Filosofia em Angola.

Os resultados da reflexão indicam que a africanização do currículo constitui uma obrigação moral, do ponto de vista kantiano, porque um currículo que ignora as tradições filosóficas angolanas viola a autonomia e a dignidade dos estudantes, impedindo-os de serem reconhecidos como sujeitos epistémicos activos; e, do ponto de vista utilitarista, porque tal exclusão não maximiza o bem-estar colectivo nem contribui para o desenvolvimento cultural, educativo e identitário da sociedade angolana. Conclui-se, assim, que africanizar o currículo de Filosofia em Angola não significa rejeitar outras tradições filosóficas, mas construir uma “ecologia do conhecimento” que centralize os saberes angolanos e africanos historicamente silenciados, promovendo uma educação filosófica crítica, situada e socialmente relevante. Trata-se, portanto, de um passo ético indispensável para a superação da injustiça epistémica e para a afirmação da autonomia intelectual e cultural de Angola.

Referências Bibliográficas

Akpan, C. O. (2005). «*Feyerabend's Philosophy of Science and its Implications for National Development in Africa*», in *Journal of Indian Council of Philosophical Research (JICPR)*, Vol. xxii, No. 4 (October– December), pp. 45-64.

Angola. Assembleia Nacional. *Decreto Presidencial n.º 273/ 20 de 21 de Outubro: Regime jurídico da Formação Inicial de Educadores de Infância, de Professores do Ensino Primário e de Professores do Ensino Secundário*. (2020). Imprensa Nacional E.P.

Angola. Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE). *Programa de Filosofia 11.ª classe: 2.º Ciclo do Ensino Secundário Geral*. (2014). (2a ed.). Editora Moderna, S.A.

Angola. Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE). *Programa de Filosofia 12.ª classe: 2.º Ciclo do Ensino Secundário Geral*. (2014). (2a ed.). Editora Moderna, S.A.

Chemhuru, M. (2016). *Pursuing the Agenda of Africanising Philosophy in Africa: Some Possibilities*. *South African Journal of Philosophy*. 35 (4), pp. 418–428. <http://dx.doi.org/10.1080/0258016.2016.12422209>.

Chimakonam, J. (2016). *Can the Philosophy Curriculum be Africanised? An Examination of the Prospects and Challenges of Some Models of Africanisation*. Cross River State: South African Journal of Philosophy. 35 (4), pp. 513-522. <http://dx.doi.org/10.1080/02580136.2016.124555>.

Chimakonam, J. O. e Nweke, V. (2018). *Why the "Politics against African Philosophy" should be discontinued*. Dialogue. 57 (2), pp. 277-301. <http://dx.doi.org/10.1017/S0012217317000907>.

Etieyibo, E. (2016). *Why Ought the Philosophy Curriculum in Universities in Africa be Africanised?* South African Journal of Philosophy. 35 (4), pp. 404-417. <http://dx.doi.org/10.1080/02580136.2016.1242208>.

Graness, A. (2015). *Questions of Canon Formation in Philosophy: The History of Philosophy in Africa*. Phronimon 16 (2), pp. 78-96.

Hountondji, P. (1977). *Sur la "Philosophie Africaine". Critique de L'ethnophilosophie*. Paris-Ve.

Imbamba, J. M. (2010). *Uma Nova Cultura para Mulheres e Homens Novos: Um projecto Filosófico para Angola do Terceiro Milénio à luz da Filosofia de Battista Mondin*. (2a ed.). Instituto Missionário Filhas de São Paulo.

Kandjimbo, L. (2024). *Filosofia e Cultura Angolana. Tópicos e Problemas*. FH-UAN.

Kandjimbo, L. (2025). *Introdução ao Estudo da Filosofia Contemporânea. Sumários Desenvolvidos*. FH-UAN.

Nyamnjoh, F. B. (2011). *A Relevant Education for African Development: Some Epistemological Considerations*. In Keita, L. *Philosophy and African Development. Theory and Practice* (139-154). Dakar: CODESRIA (Council for the Development of Social Science Research in Africa).

Polanyi, M. (2010). «Conhecer Tácito», in *A Dimensão Tácita*. [Trad. Eduardo Beira]. Inovatec.

Msila, V. (20 de Jan. 2025). *Transforming University Through Africanised Research: in Search of the Indigenous*, in *African Identities*. ISSN: 1472-5843 ((Print) 1472-5851 (online) Routledge Tylor & Francis Group, pp. 1-14. <https://doi.org/10.1080/14725843.2024.2439440>.

Recebido: 2025-07-28

Aceite: 2026-01-22



Este artigo está licenciado sob a licença: [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Científica Mupanda.